

ABSTRAÇÃO, METÁFORA, SONHO E INCONSCIENTE: UMA INTERPRETAÇÃO SKINNERIANA ¹

Elizeu Batista Borloti²

Em 1979, Chico Buarque lançou a música “*Não Sonho Mais*” que conta a estória de uma mulher que sonhou que o seu amor era perseguido por pessoas humilhadas e flageladas e todas elas tinham um bom motivo para esfolá-lo. Na perseguição, o homem foi rendido, chorou e pediu piedade e, sem receber comiseração, foi sacrificado. Ao relatar o que sentiu ao observar de longe essa cena, ela disse: “*Olha que maldade. Me deu vontade de gargalhar*”. Como se não bastasse, ela entrou na cena, escarrou na carniça que restou do seu amor e sentiu que “*tinha justiça nesse escarrar*”. Ao final da vingança, todos cantaram. Foi um “*sonho medonho*” que a deixou “*aflita*”; um sonho que ela “*quis sufocar*”.

É possível inferir muitos aspectos da interação entre a sonhadora da arte do Chico e o seu amor. Seu sonho pode ser facilmente interpretado a partir de contingências que imaginamos estar agindo na configuração do tipo de relação entre ambos e dos sentimentos produzidos nessas contingências: humilhação, raiva, medo, aflição, sufoco, culpa, prazer. Na ficção está claro que há conflitos de sentimentos (culpa *versus* “realização de um desejo”). Certamente, algumas das histórias contadas por nossos clientes confirmam que a vida imita a arte; e vice-versa.

Um cliente que busca ajuda de um psicólogo clínico ou psicoterapeuta visa o alívio de algum sofrimento (Delitti, 1997; Baptistussi, 2000; Costa, 2003). Geralmente o comportamento de procurar ajuda é mantido por contingências aversivas que se incluem na causação múltipla das dificuldades enfrentadas pelo cliente e é reforçado

¹ Adaptação da palestra “O que o behaviorismo radical tem a dizer sobre inconsciente e sonho” proferida no evento comemorativo do centenário de nascimento de B. F. Skinner, promovido pelo Núcleo de Análise Comportamental do Espírito Santo – NACES – nos dias ... de 2004.

² Doutor em Psicologia pela PUC-SP, Especialista em Terapia Comportamental pela USP e em Terapia Comportamental de Grupos pela PUC-SP, Professor Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

negativamente, em princípio, pela promessa de alívio advinda do prestígio do terapeuta (Skinner, 1978). Se considerarmos que o reforço negativo que mantém a busca só opera após algum comportamento ter sido submetido à punição – e que o comportamento que levou à punição foi emitido sob controle de alguma consequência reforçadora (Sidman, 1995) – então, o comportamento do cliente que o leva a buscar o alívio será acompanhado dos lamentáveis subprodutos da punição, aos quais o terapeuta invariavelmente deverá ter uma “escuta diferenciada”.

Em termos práticos, *o terapeuta deverá discriminar um conflito entre a resposta que leva à punição e a resposta que a evita*. Segundo Skinner (1953), ambas são incompatíveis e, mesmo que sejam fortes – no sentido de terem probabilidades equivalentes de emissão – a resposta que evita a punição tem pouca vantagem sobre a resposta que leva à punição. O analista comportamental deverá, nesse caso, buscar aquilo que no senso comum se chamaria de um “conflito de motivos”, discriminando as vantagens de uma resposta sobre a outra. Tal conflito não está em uma luta travada em uma arena interna na mente; ao contrário, do ponto de vista do behaviorismo radical, “devemos supor que o conflito está entre as *respostas* e que qualquer ‘luta’ se refletirá no comportamento” (p. 211, *itálicos no original*). Assim, será possível ouvir relatos de contingências (ou observá-las diretamente) que denunciarão conflitos entre o “querer”, o “dever” e o “poder”, refletidos na experiência do “eu” do cliente (Kohlenberg e Tsai, 2001).

Mais ainda: *o terapeuta deverá discriminar emoções (medo, ansiedade, “angústia”, raiva e frustração) evocadas pela força da probabilidade de emissão da resposta que leva à punição*. Como dito, a probabilidade de emissão do comportamento punido continua forte e, mesmo que a resposta que evita a punição seja bem sucedida, a força da resposta que leva à punição alcança estágios de incipiência, gerando a estimulação aversiva condicionada típica de uma “angústia”. “Além disso, o comportamento incompatível que bloqueia a resposta punida pode assemelhar-se à restrição física externa ao gerar raiva ou frustração” (Skinner, 1978: p. 187).

Obviamente que esses processos, na maioria das vezes, são inconscientes. Eles podem ser conceituados como parte da subjetividade do cliente que, com Skinner (1945), foi conceituada de forma criativa e inovadora: o mundo privado tem a mesma natureza do

público e a única característica que os difere é que o primeiro é acessível apenas ao próprio sujeito (e isto traz questões adicionais, algumas discutidas adiante). Assim, perceber, sentir, sonhar, interpretar, intuir, “metáfora”, “pensamento analógico”, “abstração” e tantos outros processos comportamentais ou “relações de controle [do comportamento] ou mudança de probabilidade, resultantes de alterações em tais relações” (Skinner, 1957: 438) foram alvo de análises extensivas e complexas na obra de Skinner.

O objetivo deste capítulo é discutir a perspectiva do behaviorismo radical sobre o inconsciente, os sonhos e as relações entre ambos. Parte desta tarefa foi feita pelo autor em um outro trabalho (Borloti, 2001), e ela continua sendo difícil, uma vez que é impossível falar do inconsciente e dos sonhos sem falar do comportamento verbal (envolvido na abstração, na metáfora e na formação do símbolo) e da interação das variáveis que explicam esses processos (Skinner, 1957; 1979; 1982).

O INCONSCIENTE

“Diz-se com freqüência, particularmente os psicanalistas, que o behaviorismo não pode falar do inconsciente. O fato é que, para começar, ele não se avém com outra coisa” (Skinner, 1974/1982: 133)

O comportamento humano complexo é multideterminado, ou seja, diferentes variáveis em interação explicam o modo como nos comportamos (Skinner, 1957; 1979). Na atividade clínica, na vida diária ou em qualquer outro contexto, essas variáveis atuam sobre o comportamento do cliente, quer fale sobre elas quer não; quer consiga falar sobre elas quer não. Em qualquer situação, o comportamento é adquirido e mantido sob contingências de reforçamento, mesmo quando não consciente. Esse comportamento “não dito” ou “mal dito” é importante (e emitido ou relatado com muita freqüência) nas sessões de terapia comportamental uma vez que “a maior parte do nosso comportamento não é essencialmente racional” (Skinner, 1989/1991: 50). Kohlenberg e Tsai (2001) reafirmam que o reforçamento não é um processo consciente e que muitos dos nossos comportamentos foram modeladas antes mesmo da aquisição da fala.

“Embora uma experiência consciente de prazer possa acompanhar frequentemente uma contingência que envolve o reforço positivo, ela não é uma parte necessária da modelagem e

do processo de fortalecimento e não deveria ser confundida com isso. Quase todo o nosso comportamento (...) ocorre por causa dos efeitos fortalecedores do reforço, e esses comportamentos foram fortalecidos, na maior parte das vezes, sem a nossa consciência do processo” (Kohlenberg e Tsai, 2001: 114-115).

A tarefa na terapia é, portanto, “trazer à consciência” o máximo do que o cliente faz e o máximo das variáveis que controlam esse fazer (Skinner, 1991). É importante que o comportamento reforçado anteriormente na história de interações do cliente ocorra de forma inconsciente na sessão para que seja trabalhado uma vez que o comportamento reforçado é mudado pela experiência e não apenas por meio de “conversas sobre as contingências” (Kohlenberg e Tsai, 2001: 128). Na terapia analítico-comportamental, portanto, o inconsciente é a regra e o consciente é a exceção³. Dessa forma, uma análise do comportamento, por ser uma análise das relações comportamento-contexto, ou de relações de contingência, é uma “análise do inconsciente” no sentido em que

“Todo comportamento, efetivo ou não, é essencialmente não racional no sentido de que as contingências responsáveis por ele não foram analisadas. Todo comportamento é em princípio, inconsciente, mas pode tornar-se consciente sem se tornar racional: [um cliente] pode saber o que está fazendo sem saber porque o está fazendo” (Skinner, 1974/1982: 114).

O controle do “não saber” do cliente

Skinner (1953; 1957) analisou algumas variáveis que podem suprimir comportamentos ou atuar na causação múltipla típica de certos fenômenos comportamentais interessantes tais como atos falhos, fantasias, criatividade, humor, metáfora e sonhos. Esses controles foram sintetizados por Chandra (1976) e a maioria deles está relacionada a um controle aversivo do comportamento, o que tradicionalmente poderia ser chamado de “repressão”, um processo que invariavelmente acompanha a punição. Quando uma resposta existe com uma certa força no repertório do cliente mas é

³ Antes de prosseguir é importante esclarecer que o behaviorismo radical não fala de uma coisa, de um substantivo com letra maiúscula, chamado “O Inconsciente”. Não existe algo chamado “Inconsciente”. O cliente é que é inconsciente; não o seu comportamento. Ele se torna consciente quando o ambiente verbal da terapia (ou outro ambiente verbal qualquer) fornece contingências para a auto-observação de sentimentos (“O que você está sentindo agora?”), de intenções (“O que você gostaria de fazer?”), de razões (“Por que você está agindo assim?”), de controle aversivo (“O que o impede de mandar tudo para o inferno?”) e assim por diante (Skinner 1991: 88).

impedida de ser emitida em função de punições ao longo da sua história de vida, a punição fortalece uma resposta incompatível. “A resposta ‘reprimida’ continua com uma certa força; sua probabilidade não é reduzida” (Chandra, 1976: 59) e isso fortalece a emissão de comportamentos incompatíveis com o comportamento passível de punição, produzindo reforçadores semelhantes. Em outras palavras de Skinner (1979: 181), “o fato de que a punição não reduz permanentemente uma tendência para responder está de acordo com a descoberta de Freud sobre a atividade sobrevivente do que chamou de desejos reprimidos”. Saber isso é importante, mas muitas vezes falta o autoconhecimento no repertório do cliente.

A consideração da punição é importante na análise da ausência de autoconhecimento mas esse repertório pode estar faltando por outras razões, por exemplo, quando a estimulação produzida pelo comportamento é fraca ao ponto de gerar uma resposta verbal discriminativa, mesmo quando uma forte resposta emocional é eliciada pela mesma situação. Chandra (1976) cita como exemplo o caso em que um rosto numa multidão elicia-nos uma reação emocional sem que tenhamos consciência da fonte de controle da emoção. Também na chamada “amnésia da infância” um limitado repertório verbal à época impede a formação da consciência (ou de comportamento verbal discriminativo). A criança precisa aprender a responder de um modo que aumenta a probabilidade de que, no futuro, responda “lembrando” do passado.

Quando o “não saber” aparece como uma questão clinicamente relevante (Koleberg e Tsai, 1991) é preciso conduzir o trabalho da terapia com contingências verbais propícias à construção do autoconhecimento que está faltando. A construção dessas contingências verbais fica mais facilitada quando se considera as três situações nas quais autoconhecimento está ausente (Skinner, 1953).

Primeira situação: o cliente pode não saber que se comportou de determinada maneira

Nesse caso, também, contingências punitivas passadas podem estar impedindo uma resposta verbal discriminativa no presente, e isto envolve processos operantes e respondentes. Como nem sempre a punição está ou esteve envolvida, é preciso diferenciar as seguintes condições:

- a) se as contingências não verbais formaram uma história única sem nenhuma contingência verbal discriminativa;
- b) se respostas verbais foram fortalecidas no passado, no momento de emissão do comportamento, mas não foram emitidas e reforçadas posteriormente (nesse caso as lembranças podem ser vagas: “a única lembrança que tenho da casa dos meus pais é...”);
- e,
- c) se respostas condicionadas (visuais ou emocionais, por exemplo) foram associadas com eventos passados (nesse caso elas podem estar sendo evocadas no presente e podem exercer controle verbal discriminativo se respostas verbais relevantes tornarem-se disponíveis no repertório do cliente a partir das perguntas do terapeuta: “Então, quando viu essa cena no supermercado você lembrou de quando viu seus pais discutindo. O que você sentiu?”).

Segundo Chandra (1976), os processos envolvidos nessas situações podem estar relacionados aos “desejos e memórias inconscientes” sob certos controles operantes e respondentes. Do ponto de vista do behaviorismo radical, ‘desejo’ é simplesmente um modo de representar uma certa probabilidade de emissão de uma dada resposta (Skinner, 1978). Então, um “desejo inconsciente” existe porque existe um comportamento possível de ser emitido a partir de um certo estado de força e para o qual o cliente *ainda* não responde com comportamento verbal discriminativo. Um desejo só se torna “reprimido” quando há controle punitivo do comportamento relacionado; e deixa de ser quando as razões da não emissão ficam sob controle de contingências verbais e a própria resposta tem oportunidade de emissão.

Processo semelhante ocorre com as relações de controle que definem a “memória inconsciente”:

“Ao analisar as ‘memórias inconscientes’, primeiro destacamos que uma ‘memória’ é um comportamento discriminativo que pode ser verbal ou não-verbal (por exemplo, visual). Quando esse comportamento, por sua vez, torna-se estímulo discriminativo para uma (possivelmente encoberta) resposta verbal, temos um caso de memória ‘consciente’ (não estamos apenas lembrando; estamos conscientes de que nós estamos lembrando). Quando essa segunda resposta está faltando, temos o caso de uma ‘memória inconsciente’. Novamente podemos distinguir vários casos, dependendo do envolvimento da punição na falta da resposta verbal discriminativa. Uma ‘memória inconsciente’ (por exemplo, uma resposta discriminativa visual inconsciente) pode evocar respostas não-verbais (por exemplo, respostas emocionais) sem gerar consciência.” (Chandra, 1976: 61).

É importante relacionar o comportamento discriminativo “memória” aos achados das pesquisas fisiológicas acerca da memória e de suas relações com os sonhos. Sabe-se, por exemplo, que a memória só funciona depois de cinco minutos de vigília. Isto estaria relacionado ao “não lembrar” dos sonhos, por exemplo, uma vez que tal recordação está diretamente vinculada a um despertar prolongado durante o sono (Araújo, Oliveira, Piccoloto, Magrinelli e Szupczynski, 2004).

Segunda situação: o cliente pode não saber que está se comportando de determinada maneira

A falta de discriminação da emissão de um membro de uma classe de respostas durante uma sessão de terapia comportamental tem sido analisada como um comportamento clinicamente relevante (Kohlenberg e Tsai, 2001). Um cliente pode se sentir ameaçado ou protegido, ou pode odiar o terapeuta durante uma sessão porque discrimina no comportamento do terapeuta certas propriedades do comportamento de outras pessoas de sua história ambiental. Esse comportar-se inconscientemente tem sido chamado de *transferência* e ocorre por processos de *generalização* (cuja etimologia está ligada a *transfer*, segundo Kohlenberg e Tsai [2001]).

Falta de contingências verbais apropriadas, emissão de um outro comportamento concorrente, estimulação inadequada do comportamento e certas condições bio-químicas (incluindo a ação de drogas) também reduzem a probabilidade de respostas verbais discriminativas do cliente em relação ao que faz ou ao nível de autoconhecimento (nesses casos, o terapeuta deve pontuar o impacto do comportamento do cliente: “sinto como se estivesse chamando você do fundo de um poço e você não responde”, “Vamos falar sobre a relação entre esta sua dificuldade e o modo como está agindo agora diante de mim?”). Entretanto, a falta de consciência do comportamento no aqui-e-agora devido à punição – que permite a inferência de processos de “repressão” ou “encouraçamento” – é o que em chamado mais a atenção na atividade clínica que prioriza a associação livre das memórias ou a experimentação do como o corpo do cliente vivencia hoje a sua história. Do mesmo modo, a explicação para a ausência do autoconhecimento deverá ser uma análise funcional do comportamento do qual se infere a “repressão”. Novamente, a própria

resposta deve ter a oportunidade de emissão como parte do processo da terapia comportamental.

Terceira situação: O cliente pode não saber que vai se comportar ou que tende a se comportar de determinada maneira

Este “não saber” pode advir de tipos diferentes de fontes de controle. O cliente pode estar respondendo à probabilidade de emissão de um certo tipo de comportamento ou pode estar respondendo a um outro comportamento ou à contingências que, no passado, desempenharam um papel importante na constituição de sua subjetividade. De fato, a noção de probabilidade de emissão de uma resposta é importante, porém difícil de ser compreendida, pois envolve os processos de condicionamento operante associados à motivação e emoção (Skinner, 1957) atuando de forma combinada na consciência que o cliente tem das circunstâncias que vivencia corporalmente.

Nessa condição, também, os efeitos de punição podem afetar o autoconhecimento do cliente e só podemos falar em “repressão” das respostas à probabilidade de se comportar quando contingências coercitivas atuaram reforçando negativamente o “não saber” como resposta de esquiva do “saber”. Nesse caso, um comportamento competitivo pode se tornar poderoso ao evitar a estimulação aversiva gerada pelo “saber”. O behaviorismo radical explica o processo desta maneira:

“(…) a punição torna aversivos os estímulos gerados pelo comportamento punido. Qualquer comportamento que reduza aquela estimulação é, em consequência, automaticamente reforçado. Agora, entre os tipos de comportamento com maior probabilidade de gerar estímulos aversivos condicionados como resultado de punição está o comportamento de observar o ato punido ou de observar a ausência para o ato ou qualquer tendência de executá-lo. Como resultado da punição não apenas nos empenhamos em outros comportamentos que excluam as formas punidas, mas empenhamo-nos também em comportamentos que excluam o tomar conhecimento do comportamento punido [...]. Isto pode começar simplesmente como ‘não gostar de pensar sobre’ o comportamento que levou a consequências aversivas. Pode depois passar ao estágio de não pensar sobre ele e finalmente alcançar o ponto no qual o indivíduo nega ter se comportado de uma dada forma, mesmo com provas do contrário.” (Skinner, 1953/1978: 278).

Quarta situação: o cliente pode não saber quais são as variáveis controladoras do seu comportamento

Skinner (1953/1978) destacou este interessante efeito da ausência de contingências verbais apropriadas, enfatizando o papel das contingências coercitivas neste tipo de “não saber”.

“Talvez seja mais comum o falante responder a seu próprio comportamento do que às variáveis que o controlam. A relação com as variáveis de controle pode ser tênue ou obscura, ou ainda não percebida, porque a punição recebida foi contingente. Alguém acostumado a explicar o próprio comportamento pode expressar sua confusão dizendo *Não compreendo o que me levou a dizer tal coisa*. Mais frequentemente, entretanto, não sente necessidade de nenhuma explicação. Muitos lapsos freudianos envolvem o fracasso em perceber mais a variável controladora do que o próprio comportamento”. (Skinner, 1957: 386).

O interesse nessa condição de ausência de autoconhecimento está no fato de o cliente, algumas vezes, descrever “razões” para um comportamento (ou inventar variáveis controladoras ou, em termos mentalistas, “racionalizar”): “O relato aversivo de uma relação funcional pode ser reprimido por meio da comunicação de uma relação fictícia. Ao invés de ‘recusar o conhecimento’ das causas do nosso comportamento, inventamos causas aceitáveis” (p. 279).

No caso da linguagem, Skinner (1957) chamou atenção para alguns processos comportamentais que parecem “empurrar” ou “liberar” outras respostas verbais.

“O que usualmente acontece é que uma resposta incompatível desloca [*displaces*] uma resposta punida, sendo o efeito claro da punição o de proporcionar o reforço de formas incompatíveis de resposta. Esse princípio é algumas vezes usado para explicar a força do comportamento verbal para o qual não há outra explicação: o comportamento é forte porque ele desloca respostas puníveis. Essa é a explicação do paciente que na terapia fala excessivamente de um assunto para não falar de outro (...)” (p. 379).

Claro está que a análise do comportamento focaliza as variáveis controladoras do comportamento do cliente, que são todas inconscientes pois não são observadas. Processos de controle sem consciência podem estar presentes na ausência de autoconhecimento, conforme discutido, que podem ser inferidos da dificuldade em analisar os controles operando sobre comportamentos sob efeito de variáveis múltiplas, tais como humor, fantasia, literatura e artes em geral, e sonhos (veja, por exemplo, as explicações de Skinner sobre lapsos verbais, humor verbal e criatividade literária [Skinner, 1957] ou sobre “mecanismos de defesa” [Skinner, 1974/1982]).

No caso dos atos falhos, por exemplo, Skinner (1957) analisou os efeitos da punição na causação múltipla dos mesmos (veja página 235, por exemplo) e foi categórico em afirmar que fontes suplementares de força também podem controlar a emissão desses processos verbais que acredita-se serem “reveladoras do inconsciente”. No caso dos lapsos auditivos, por exemplo, “o próprio estímulo pode não ser claro, o ouvinte pode ter dificuldade para ouvir, (...) e assim por diante. É comum ouvir-se mal um estímulo verbal” (Skinner, 1957: 259). Neste caso, o ouvir estará sob controle de variáveis mais eficazes como fontes suplementares de força a partir da palavra que foi ouvida. “Quando tais variáveis são aparentes, dizemos que o ouvir mal é ‘revelador’ no sentido freudiano” (p. 259). Skinner (1957) lembrou que, geralmente, os psicoterapeutas ficam sob controle daquilo que supõem ser ‘revelador’ e ignoram erros eventuais no curso da fala continuada.

Vejamos como a causação múltipla pode atuar no sonho e no seu relato, mostrando a riqueza de combinações de propriedades de objetos cujo sonhador discrimina (“revela”) com a ajuda do terapeuta comportamental.

OS SONHOS

Sonhos são fenômenos que sempre atraíram a curiosidade das pessoas. Desde a antigüidade, por exemplo, há um interesse na simbologia onírica e em uma interpretação dos sonhos a partir dela. Ainda na antigüidade, foi Artemidorus quem afirmou algo mais coerente com a proposta do behaviorismo radical acerca desse fenômeno: os sonhos são únicos para o sonhador e seus símbolos refletem sua ocupação, nível social e saúde (Schulze, 1997; Melo e Silva, 2000). Atualmente existem muitos modelos teóricos de compreensão dos sonhos. Sánchez (2001) resumiu os principais deles, falando sobre as funções dos sonhos e os métodos de interpretação propostos por cada um.

Um primeiro grupo adveio das aborgagens psicanalíticas. Freud (19..) afirmou que os sonhos expressam os desejos inconscientes de maneira simbólica, uma vez que são desejos reprimidos. A associação livre era o método que ele preferia pois, supostamente, permitiria ao sonhador desvendar as cadeias de significados subjacentes ao relato onírico. Jung (19..) também afirmou que os sonhos são expressões simbólicas de desejos,

acrescentando que tais simbolismos são arcaicos e comuns à humanidade, uma espécie de “inconsciente coletivo” em forma de imagens arquetípicas. “Seu trabalho com sonhos implica no método de ‘amplificação e síntese com imagens’: a captação, amplificação, diálogo e síntese com as imagens pessoais e arquetípicas dos sonhos” (Sánchez, 2001). Adler (19..) propôs que o sonho se constitui em uma espécie de ensaio para o futuro. Por meio do sonho, o inconsciente propunha, em seu estilo próprio, soluções de problemas inacabados ou antecipados. Uma motivação inconsciente relacionada a um estilo de vida seria revelado no sonho de forma metafórica e, por isso, o método de trabalho com sonhos envolveria uma “tipificação dos sonhos”: o sonhador identificaria propriedades comuns entre seu estilo de vida, as soluções de problemas contidas no sonho, e o modo como percebe a si mesmo, os outros e o mundo.

Um segundo modelo pode ser identificado na abordagem gestáltica. Para Perls e Gendlin (19..), os sonhos representam experiências emocionais insuficientemente captadas e explicadas e, por isso, não integradas em uma *gestalt*. Partindo desta premissa, a técnica da gestalt-terapia de trabalho com os sonhos envolve exercícios de focalização das experiências eliciadas no próprio corpo do sonhador enquanto narra as imagens e personagens do sonho. Isto permitiria a expressão e a construção de experiências emocionais contidas no sonho.

Um terceiro modelo interpretativo teve origem na terapia cognitiva. Tanto no modelo de Ellis (19..) quanto no de Beck (19..), os sonhos são uma construção visual, analógica e não consciente de esquemas cognitivos e crenças pessoais. Dessa maneira, durante um sonho podem aparecer as mesmas distorções cognitivas que caracterizam a atividade em vigília. Portanto, o método de interpretação consiste em identificar os temas que aparecem em símbolos e relacioná-los a temas recorrentes em estado de vigília, a partir da discriminação de cognições e sentidos pessoais que integram esses temas. Já o modelo da psicoterapia cognitiva narrativa (Gonçalves, 1998) defende que os significados metafóricos tácitos dos sonhos extrapolam o nível verbal, apresentando-se de forma imaginária e pré-verbal (prototípica). Para trabalhá-los, o terapeuta cognitivo narrativo usa o método da “implosão da metáfora ou narrativa protótipo” buscando interpretar e reestruturar os guias narrativos neles contidos e que dirigem a experiência do sonhador.

Os postuladores de modelos biológicos vêem os sonhos como um estágio do sono, descrito pela presença de descargas elétricas que se relacionam à sensações visuais ou sonoras (100% dos sonhos têm imagens e 75% têm sons, segundo Reimão [1996]) e a um movimento ocular característico: o REM (*Rapid Eye Movement*). Essas descargas elétricas em diversas áreas cerebrais dão a “tonalidade emocional” do sonho (Araújo *et al*, 2004): “Assim, um sonho pode causar medo ou riso, sem que seu conteúdo emocional esteja associado a estas respostas” (p. 71).

A preocupação atual da abordagem neuropsicológica dos sonhos é integrar as funções neurológicas, adaptativas e cognitivas na explicação do fenômeno, postulando a existência de sonhos “moduladores de estratégias” e “formadores de estratégias”. Os primeiros mostram situações em que são utilizadas estratégias que foram usadas em estado de vigília e que precisam de reforço ou inibição; os segundos apresentam situações de criação de estratégias cognitivas que possibilitam o sonhador a lidar com experiências novas. “Isto ocorre independente indivíduo recordar o conteúdo de seus sonhos, pois, no sonho, as emoções formam um núcleo efetivo em torno do qual são feitas formulações cognitivas, havendo uma rede de associação subliminar entre afeto e cognição, que pode ser resgatada quando do surgimento de uma situação que está relacionada ao conteúdo onírico em questão” (Araújo *et al*, 2004: 72).

É de pesquisadores de tradição neuropsicológica a maior parte da produção de pesquisas empíricas sobre sonhos feitas em laboratórios de estudos do sono. Sabe-se, por exemplo, que sonhadores relatam sonhos de conteúdo mais lógico quando acordados no decorrer do sono REM; conteúdos “bizarros” foram relatados por sonhadores durante o REM mais lento. Os primeiros relataram desejo de interromper o sonho em momentos de ansiedade e os segundos não apresentaram críticas ao sonhar ou desejo de controlar o sonho (Chaves, Caixeta e Machado, 1997). Segundo os autores, a logicidade dos sonhos estaria relacionada a uma oscilação na dominância de ativação de regiões cerebrais durante o período do REM: o lobo frontal dominaria durante os sonhos lógicos e as regiões límbicas dominariam durante os ilógicos. Aliás, o sistema límbico é fortemente ativado durante o sono REM quando a área frontal está menos ativa do que durante a vigília (Araújo *et al*, 2004). Ainda, substâncias como os benzodiazepínicos e o álcool parecem, ou suprimir a atividade onírica, ou prejudicar a memória dos sonhos (Kalra,

Natu, Deswal e Agarwal, 2000; Usher, 1991; Schredl, 1999; apud Araújo *et al*, 2004). Dependentes de heroína se vêem consumindo a droga em sonhos, dos quais despertam ao sentirem-se culpados e ansiosos (Colace, 2000).

A ANÁLISE DO SONHAR

Os trabalhos de Guillard (1995) e de Callaghan (1996) parecem ter sido os primeiros a sistematizar o uso clínico do relato de sonhos sob a perspectiva skinneriana (Delitti, 2000). Antes deles, Freeman e Boyll (1992) falaram sobre o uso dos sonhos na terapia, porém sob uma perspectiva cognitivo-comportamental. No Brasil, há alguns trabalhos descrevendo aspectos teóricos e técnicos da análise do comportamento de sonhar (Delitti, 1993; Delitti, 2000; Melo e Silva, 2000; Conte, 2001; Araújo *et al*, 2004; Vandenberghe, 2004). A compilação de modelos teóricos subjacentes ao trabalho com sonhos feita por Sánchez (2001), entretanto, não incluiu a maneira como os sonhos são conceituados na obra de Skinner.

Para Skinner (1982), sonhos são comportamentos perceptuais encobertos, do tipo comportamento de ver ou ouvir (ou sentir sabores, temperaturas, texturas, etc.) sob controle da coisa (vista, ouvida ou sentida de outra forma) que está ausente; ou seja, “podemos considerar um sonho [com estímulos visuais], não como uma exposição de coisas vistas pelo sonhador, mas simplesmente como o comportamento de ver” (Skinner, 1980: 347). Portanto, os sonhos são eventos privados do tipo sentir (Baum, 1999). O mesmo processo ocorre quando lembramos algo que vimos ou ouvimos; ou quando nos entregamos a fantasias e devaneios. Quando falamos sobre o que sonhamos, ou lembramos verbalmente de um sonho, temos um relato verbal do sonho. Se quisermos explicar todos esses comportamentos de um cliente “devemos voltar-nos para a sua história ambiental à procura de uma resposta” (Skinner, 1982: 72-73).

Nesse sentido, o relato do sonho permite o acesso à uma história. Por meio dele o cliente dá pistas *também* sobre as contingências às quais respondeu perceptualmente (quando sonhou) e, agora, verbalmente (quando relata). Assim, o relato de um sonho entra na formulação do caso integrado em sua funcionalidade. A análise funcional é, dessa maneira, a ferramenta básica do terapeuta comportamental. A discriminação de

comportamentos encobertos e de seus determinantes não conscientes é a condição para a aquisição do autoconhecimento; dessa forma, o relato do sonho e a análise de como o sonho se integra a outros comportamentos abertos e/ou encobertos faz parte de uma intervenção comportamental eficaz (Guillard, 1995; Delitti, 2000).

Isto permite afirmar que a interpretação de um sonho sob a ótica skinneriana depende do conhecimento da história de vida do sonhador – as contingências as quais respondeu e responde – e é feita a partir do comportamento verbal (o relato) e das condições que o controlam na sessão de terapia, bem como das emoções associadas ao lembrar e relatar. Trata-se, portanto, de um comportamento verbal autodescritivo de lembranças de eventos privados ou de emoções geradas pelo lembrar e relatar o sonho, sob controle também da relação terapêutica. Entendido o relato de sonhos desta forma, o terapeuta, por ter tido um treino em discriminações sutis (“ter uma escuta diferenciada”), pode criar condições para que o cliente discrimine, por exemplo, o *desejo* e a *ameaça* em contingências descritas como *culpa*, reforçando tatos mais precisos, de acordo com as contingências em vigor.

A interpretação do relato do sonho é, de fato, uma interpretação da linguagem. Nessa tarefa, é importante lembrar que quando o cliente está relatando um sonho ele combina elementos intraverbais com tatos de eventos privados e de contingências do contexto, podendo ou não recorrer à extensão metafórica do tato. Na maioria das vezes o faz; e ele pode estar relatando discriminações tácitas ou não. É por isso que, segundo Skinner (1957), o relato pode vir com símbolos; o sonho seria uma metáfora e “A metáfora assim definida aproxima-se do ‘símbolo’ freudiano. As propriedades ou condições em virtude das quais algo pode servir como símbolo de outra coisa são precisamente as propriedades ou condições responsáveis pela extensão metafórica” (p. 97). Hübner (1999) destacou a importância da compreensão da extensão metafórica na psicoterapia e sua análise pode ser transposta para a análise do relato do sonho.

Ao relatar um sonho, o cliente está sob controle da lembrança do sonho e da audiência do terapeuta. O lembrar do sonho é também uma forma de ver na ausência do sonho (Skinner, 1982; Kohlenberg e Tsai, 2001) e os processos que explicam o sonho se somam aos processos que explicam o relato. Delitti (2000) ilustrou o modo como as propriedades de estímulos no sonho podem ser comparadas às propriedades da vida do

cliente, tateadas por meio de extensões metafóricas. Eis um exemplo de relato de sonho com muitos símbolos:

“Eu estava na frente da casa do meu orientador [de dissertação de mestrado]. Era uma casa de praia com um gramado após o muro baixo. A casa era simples e típica das praias da nossa região [Vitória], com varanda lateral, rede, etc. Eu tinha uma tarefa a cumprir: construir a minha casa na calçada da casa dele. O terreno já demarcado, a terra fofa ... aparentemente estava tudo pronto para que eu começasse a construção, mas algo me impedia. Eu dizia: ‘professor, tem um bicho nesta terra’. Ele: ‘Vai fazendo, que depois a gente vê’. Eu: ‘Mas como eu vou fazer uma casa em um terreno com um bicho dentro? A casa não vai ficar de pé!’. Ele: ‘Vai fazendo...’. Eu estava incomodada com aquilo e não conseguia me fazer compreender e ele só dizendo que não havia problema algum em começar a casa. Neste sonho estavam uma colega do mestrado e dois filhos do meu orientador, porém todos continuavam conversando e se preparando para irem à praia. A cada vez que eu olhava para o terreno para começar a construção o bicho aparecia e sumia e também se transformava, crescia. Eu desesperada e sozinha, que agonia! Daí o bicho mais uma vez apareceu e com um golpe certeiro, com a chave do meu carro, consegui matá-lo. Que alívio! Para mim, é claro, porque os outros personagens do sonho não estavam nem aí”.

Este relato mostra o modo como a extensão metafórica torna possível que a sonhadora emita comportamento verbal de tato de sentimentos produzidos na relação com o seu orientador, antes sentida de forma tácita. Os símbolos são tatos metafóricos de propriedades de objetos (no caso, as relações com orientador e com estímulos circunscritos a ele) que combinam-se com respostas emocionais. Explicar o relato é explicar os recursos subjetivos à formação do sonho, envolvendo as contingências responsáveis por eles. Skinner (1957) explica dessa forma a formação do símbolo:

“Embora ‘uma imagem valha mais do que dez mil palavras’ para certos propósitos, não é fácil formar imagens de certas propriedades de objetos, e essas, com frequência, são exatamente as propriedades tratadas com sucesso pela extensão metafórica. (...). A extensão do tato liberta as propriedades dos objetos umas das outras e torna assim possível uma recombinação que não é restringida pelas exigências do mundo físico” (p. 97-98).

Possivelmente isto explica as combinações de imagens feitas durante os sonhos que, quando comparados às possibilidades do mundo real, são tidos como absurdos ou bizarros. Uma vez que não é fácil formar imagens de certos objetos mais abstratos (sentimentos e afetos, por exemplo) combinamos imagens menos abstratas para eliminar a restrição imposta pela realidade. Seja como for, no início da década de 50 Skinner já havia lançado o desafio de analisar o comportamento de simbolizar aos behavioristas:

“A possibilidade de auto-identificação com animais ou mesmo com objetos inanimados oferece uma oportunidade interessante para o estudo das propriedades formais do comportamento. De que modo o comportamento de um homem pode se assemelhar ao comportamento de uma nuvem, ou de uma onda, ou de uma árvore caída, de forma que a resposta imitativa some-se com outras partes do seu comportamento?” (1979: 210).

Por esta razão, talvez, seja interessante solicitar à sonhadora que pense sobre semelhanças entre as propriedades formais de comportamentos e emoções e as de certos símbolos em seu sonho perguntando-a: *Para que serve uma chave? O que é um bicho?* e assim por diante. Respostas verbais a estas questões serão abstrações que evocarão interpretações dos estímulos *chave* e *bicho* como metáforas. Seja como for, as respostas metafóricas sempre falarão mais sobre o sonhador, refletindo os tipos de estímulos que controlam seu comportamento com mais frequência. Porém, a combinação de várias propriedades em metáforas revelarão circunstâncias outras, das quais o sonhador não está consciente porque certas combinações não são tipicamente reforçadas pela comunidade verbal. É por isso que as metáforas permitem a interpretação das condições de vida de quem as emitiu (Skinner, 1957; Hübner, 1999).

Entendendo melhor: respostas abstratas são originadas no fato de o controle do tato não ser preciso. “Qualquer propriedade de um estímulo, presente quando uma resposta verbal é reforçada, adquire algum grau de controle sobre essa resposta, e esse controle continua a ser exercido quando a propriedade aparece em outras combinações” (Skinner, 1957: 107). Assim, se combinações de diferentes propriedades abstratas exerceram controle sobre respostas perceptivas quando respostas verbais foram reforçadas, elas formariam respostas metafóricas perceptuais em um sonho, combinando-se em percepções menos abstratas que contém aquelas propriedades. Isto acontece porque

uma abstração é uma resposta sob controle de uma única propriedade ou um conjunto de propriedades encontradas na natureza somente em combinação com outras propriedades. “Dependendo da restrição imposta sobre a resposta, uma ‘hierarquia’ de abstrações pode ser definida, de modo que uma resposta menos abstrata é controlada por um conjunto mais amplo de propriedades do que uma resposta mais abstrata” (Chandra, 1976: 68). Sabe-se que respostas mais abstratas são reforçadas com menos frequência pela comunidade verbal do que as respostas menos abstratas (Skinner, 1957) e isto poderia explicar porque num sonho propriedades mais abstratas tendem a ser transformadas em imagens menos abstratas. Segundo Chandra (1976) isto ocasiona aquilo que experienciamos ao sonhar: as imagens que estão mais próximas ao ‘objeto’ estímulo original são também prováveis de eliciar as mesmas respostas emocionais condicionadas (a visão condicionada – as imagens que se vê – e as respostas ‘emocionais’ condicionadas pelas imagens).

Por esta razão, as respostas emocionais podem ser eliciadas pelo relato verbal de um sonho ou podem ser mediadas pela visão condicionada quando cenas do sonho são lembradas. “A questão é que tanto a ‘visão’ condicionada quanto a resposta emocional são mais prováveis de serem produzidas por respostas menos abstratas as quais, devido a sua força relativa maior, tenderiam a substituir as respostas mais abstratas sob certas condições” (Chandra, 1976: 69). É assim que respostas discriminativas visuais menos abstratas podem combinar diferentes propriedades mais abstratas formando um “símbolo”. Uma aluna que discriminava propriedades de *aversividade* no comportamento de um professor, por exemplo, sonhou com o professor segurando uma corrente presa a um cão *pit bull*. Da mesma forma, um cliente que discriminava propriedades de *traição* em uma relação íntima com uma pessoa, sonha estar apunhalando essa pessoa pelas costas e discrimina sentimentos de culpa associado com alívio.

Parafrazeando Skinner (1957), assim como os substantivos concretos, as imagens concretas costumam ter maior efeito emocional do que as abstratas. As imagens concretas, ou seja, respostas sob controle de uma combinação particular de estímulos, compõem estímulos emocionais efetivos. Por essa razão, os estímulos concretos tendem a gerar uma “visão condicionada”, isto é, a evocar “imagens oníricas” menos abstratas, como estímulos emocionais efetivos. Uma vez que uma abstração é controlada por uma

propriedade comum a um grande número de objetos ela “não tende a associar-se com um estímulo apropriado a um único ato de visão” (p. 158). Isto poderia explicar as descontinuidades de tempo, as relações entre espaços e objetos que dão o caráter ilógico de certas combinações de imagens concretas que formam o sonho.

Ainda, a interpretação do símbolo no sonho pode ser feita transpondo ao sonho a análise que Skinner (1957) fez da *linguagem disfarçada*. Segundo ele, a punição atuando sobre a forma da resposta pode ser responsável pela criação de símbolos ou de combinações como forma de evasão; o símbolo teria função de fuga-esquiva. Ou seja, “Em geral, o comportamento simbólico amortece as propriedades puníveis de seu equivalente não simbólico, mas conserva aquelas propriedades que são positivamente reforçadoras” (p. 377). Isto permite afirmar que, se uma imagem não simbólica evoca angústia, esse sentimento pode ser amortecido por um equivalente simbólico num sonho. Porém se as propriedades do objeto simbolizado forem discriminadas de alguma forma pelo sonhador, até mesmo o equivalente simbólico poderá evocar angústia. O exemplo inicial de Chico Buarque ilustra este processo por incluir a combinação de muitos elementos simbólicos e não simbólicos.

Em qualquer situação, quando um significado de um sonho parecer oculto, são as contingências responsáveis pelo sonho que deverão ser reveladas, pois nelas está o significado do sonho. Como exemplo, Kohlenberg e Tsai (2001) comentaram o interessante exemplo da famosa *metáfora do escorpião*, relatada por Skinner (1957) no epílogo do *Verbal Behavior*, sobre uma conversa que ele (Skinner) teve com Alfred North Whitehead, professor de Harvard, quando conversavam sobre o behaviorismo. O professor pediu que Skinner oferecesse uma interpretação acerca do seu próprio comportamento, de dizer “*Nenhum escorpião negro está caindo sobre esta mesa*”. Skinner usou sua teoria contextual do significado da linguagem para revelar o significado inconsciente da fala de Whitehead: o escorpião negro, e todas as propriedades abstratas desse objeto, simbolizavam o behaviorismo.

Às vezes a forma como o sonhador interage com os símbolos é a questão importante a ser interpretada. Skinner (1980; também citado por Delitti, 2000) anotou um sonho que teve e a interpretação das propriedades dos acontecimentos:

“[O sonho] Eu estava em uma casa numa ilha – talvez Monhegan. Estava olhando para um berço vazio e, de repente, notei com profunda compaixão o quão triste deveria ser quando Julie olhasse para ele, uma vez que sua filha havia sido roubada. Olhei pela janela e vi uma criança andando na grama e, por um segundo, perguntei a mim mesmo se seria a criança que havia sido roubada, trazida pelos sequestradores, mas percebi que não era. Então pensei, por que não chamar a polícia? Subitamente, me pareceu muita estupidez nós aceitarmos o roubo sem fazer nada. Eu sinto agora que este último ponto – a ação não executada – é o ponto importante no sonho” (p. 238).

Se tomarmos estes exemplos como ilustrativos da relação entre os processos de comportamento verbal chamados genericamente de “símbolo” e os relatos de sonhos, será possível concluir que os sonhos funcionam como estímulos *mais* ou *menos* abstratos que são tateados a partir da história de reforçamento verbal do sonhador; o sonhador é quem significa o sonho. Skinner (1957) interpretou a resposta *escorpião negro* como uma metáfora ao tópico da discussão com o professor, da mesma forma que clientes interpretam os símbolos dos seus sonhos: Skinner usou a sua história para fazer isso e os clientes usam suas histórias. No segundo caso, o do roubo da criança, fica evidente a simbolização da propriedade discriminada na interpretação: a ação não executada.

Daí se conclui que as interpretações de relatos de sonhos são interpretações de quaisquer relatos de eventos privados e devem ser feitas sob controle de dados da história do cliente. Ao continuar a interagir com o cliente, o terapeuta coleta informações adicionais que corroborem a interpretação e a avaliação do nível de autoconhecimento do cliente (Guillard, 1999; Kohlenberg e Tsai, 2001). As perguntas que o terapeuta deve fazer após um relato de sonho têm a função básica ser um estímulo discriminativo para a interpretação a ser dada pelo cliente: “*Por que será que você teve este sonho esta semana?*”, “*O que você acha deste sonho?*”, “*Como você relaciona este sonho com o seu momento de vida e por que você resolveu relatá-lo nesta sessão?*” ou “*O que este sonho tem a ver com você neste momento e como se sente ao falar dele para mim?*” (Delitti, 2000: 207). As perguntas são feitas sob um único pressuposto: “A teoria behaviorista sugere que os significados ocultos (na verdade, causas ocultas e variáveis de controle) estão no ambiente circundante [incluindo as variáveis da relação com o terapeuta]” (Kohlenberg e Tsai, 2001: 54).

Em síntese, o sentido de um sonho pode surgir do seu relato porque as lembranças das imagens funcionam como estímulos privados – ou propriedades desses estímulos – que dão sentido aos fatos (em geral, metafóricos) da descrição na história de

reforçamento verbal do cliente. “Esses estímulos, por suas qualidades complexas, criam oportunidades para a emissão de uma ampla classe de comportamentos verbais que poderão facilitar o acesso do terapeuta à história passada do cliente” (Delitti, 2000: 206).

Um importante aspecto do trabalho comportamental com sonhos é que as respostas emocionais que podem acompanhar o relato de um sonho têm funções diferenciadas. Como o lembrar é também um tipo de sentir na ausência da coisa sentida, o terapeuta pode melhorar a discriminação do que é sentido pelo cliente (Kohlenberg e Tsai, 2001) modelando o seu comportamento autodescritivo e o seu contato com as variáveis de controle do sonho ou do seu relato. Portanto, o relato de sonhos pode 1) fornecer dados sobre a história de vida do cliente, de eventos relevantes em sua história, de elementos de contingências passadas e seus impactos na vida atual do cliente que de outra forma não apareceriam; 2) servir de elemento para o aprimoramento do repertório de autoconhecimento, intensificando a relação de ajuda ao constituir-se como um comportamento clinicamente relevante (Kohlenberg e Tsai, 2001; Delitti e Meyer, 1995; Guillard, 1995). Estas funções estão relacionadas às possibilidades surgidas na atividade clínica comportamental envolvendo sonhos (Delitti, 2000):

- a) o cliente relaciona adequadamente o sonho ao seu contexto visualizando o sonho numa classe operante integrada aos seus padrões funcionais de comportamento (nesse caso, a interpretação dada pelo cliente é um comportamento clinicamente relevante, indicativo de autoconhecimento);
- b) o cliente não relaciona o sonho ao contexto de sua história (nesse caso, o terapeuta deverá integrar verbalmente os dados que obteve em *muitas* sessões anteriores aumentando a probabilidade de que o cliente emita uma interpretação contextualística do sonho)⁴.
- c) o cliente e o terapeuta não conseguem relacionar o sonho à história do cliente (nesse caso, o terapeuta informará que precisa de dados adicionais, observará as reações do

⁴ Conforme o que se pode concluir do que disseram Kohlenberg e Tsai (2001), a interpretação do sonho do cliente pelo terapeuta pode ampliar o contato do terapeuta com o contexto total do cliente. Ao invés de aceitar imediatamente uma interpretação dada pelo cliente, o terapeuta a escuta “como o resultado de variáveis óbvias ou sutis que refletem a história do cliente, bem como os efeitos da relação terapeuta-cliente. Enxergar esse ‘quadro maior’ aumenta a sensibilidade ao comportamento clinicamente relevante e ao papel do reforçamento nas sessões” (p. 66).

cliente à informação e analisará a utilidade dessa interação como clinicamente relevante ao processo terapêutico).

Para concluir, eis mais uma citação que explica e ilustra a integração entre o comportamento verbal (por exemplo, um relato de sonho) e a característica inconsciente dos comportamentos:

“Causas múltiplas, mandos disfarçados e reforçadores especiais são conceitos que explicam o que tradicionalmente costuma chamar-se de significados *ocultos*, *latentes* ou *inconscientes*. Consequentemente temos dado uma explicação comportamental a este tipo de fenômeno, tais como lapsos de linguagem e o modo como os clientes conseguem dizer uma coisa querendo dizer outra. Em geral, os clientes não estão conscientes dessas variáveis, mas sofrem seus efeitos independentemente dessa consciência. Não situamos esses efeitos em um mecanismo interno como o inconsciente, mas, ao invés, nos referimos a eles como efeitos de variáveis *sutis*. Em contraste, as variáveis *óbvias* são aquelas que correspondem de fato à forma da resposta. Uma metáfora, (...) refere-se a respostas controladas pelas variáveis sutis. (...). O cliente não precisa ter (e provavelmente não tem) consciência de que a variável sutil teve efeito sobre o que ele disse” (Kohlenberg e Tsai, 2001: 64).

Segue um resumo da teoria skinneriana dos sonhos, considerando o comportamento de ver, comportamento verbal (na abstração e na metáfora) e o controle de estímulo operando sobre ambos.

a) As sensações noturnas, bem como as modificações no sonhador produzidas pelos estímulos vistos durante a vigília (ao longo da história de vida) comporão elos primários para um encadeamento de respostas de ver (ou outra forma de sentir). Como parte do pensamento visual, as imagens podem ser vistas inicialmente sem qualquer ordem ou lógica particular.

b) A partir de uma história única do sonhador, de punição e reforçamento, o comportamento de ver adquire, sob determinação múltipla, o caráter em série típica do sonho; as imagens ou símbolos atuam como estímulos discriminativos, eliciadores ou reforçadores e essa história única determina a ligação das experiências; o sonhador se engaja no comportamento de ver-que-está-vendo na ausência da coisa vista. As variáveis derivadas da história de punição podem entrar na determinação múltipla dos símbolos e essas mesmas variáveis, atuando sobre o nível de auto-observação do sonhador, explicam o sonho.

c) O sonhar é caracterizado por um aumento na frequência do “imaginário” visual e por uma grande intensidade de afetos associados a ele: “a história da pessoa e os estados resultantes de privação e emoção têm sua oportunidade” (Skinner, 1982: 75) na determinação ativa do processo comportamental chamado “abstração”, e o reforçamento de respostas menos abstratas pela comunidade verbal explicam o comportamento de simbolizar durante o sonho.

d) O comportamento de ver-que-está-vendo implica uma atividade adicional por parte do sonhador: um processo semelhante ao da produção da linguagem pelos processos verbais autoclíticos de ordem superior atua no comportamento perceptivo visual. Se o sonho envolve abstração – um comportamento verbal peculiar (Skinner, 1957) – então a conclusão de Skinner é salutar:

“Ernest Jones (*Freud*, vol. II, p. 310): ‘Freud observou que a linguagem dos sonhos era incapaz de expressar qualquer conceito negativo, que as palavras ‘nenhum’ e ‘não’ eram simplesmente omitidas no sonho. ...os ‘processos primários’ deferem dos ‘processos secundários’. Um paralelo um tanto curioso com a linguagem primária e secundária. Em *Verbal Behavior*, eu argumento que a negação é autoclítica. *Não* e *nenhum* são adicionados a comportamentos verbais essenciais. “Omitido” sugere que os sonhos são brutos ao invés de não se moverem a um segundo estágio. Sonhos são similares a sentenças-protocolos – ainda não editadas por um falante.” (Skinner, 1980: 204-205).

Dependendo dos tipos de variáveis múltiplas atuando sobre o processo autoclítico durante as condições relaxantes do sono “aquelas propriedades do ‘pensamento’ que são denotadas por ‘coerência’, ‘ordem lógica’, etc., variarão” (Chandra, 1976: 66). Como na linguagem, a ausência do processo autoclítico no pensamento onírico é marcada pela ausência de lógica, e é a função autoclítica (Skinner, 1957) que tornaria o sonho mais efetivo em sua função⁵. Parafrazeando Skinner, o sistema de trabalho do sonhador é um sistema comportamental autoclítico; “um sistema diretor, organizador, avaliador, seletor e produtor” (p.312): o sonhador “conhece” partes ou traços da sua história e parte desse conhecimento atua no controle do comportamento de autoconhecer-se. O falante pode,

⁵ A noção de autoclítico pode ser estendida ao comportamento não verbal. “No sistema de Skinner, isto não representa problema, uma vez que processos relevantes são comuns ao comportamento verbal e não verbal. O controle de um conjunto de respostas por outro, o qual constitui a essência da atividade autoclítica (Skinner, 1957) é comum a ambos (...)” (Chandra, 1976: 67).

então, editar o sonho em uma interpretação como a seguinte, dada pela mestrandia citada anteriormente:

“Este sonho mostra o processo de isolamento e solidão que estou passando no mestrado. Há uma busca de proximidade com o meu orientador, que é de outro estado. Os filhos dele presentes no sonho, indicam busca de intimidade e participação. Estamos dispersos. O referencial teórico que estou usando não é o adotado por ele, por isso fiquei de fora do muro dele. Eu não tinha entrado... O bicho era a sustentação teórica. Eu não estava dominando alguns conceitos e o bicho mexia com a sustentação do meu chão. Sozinha eu matei o bicho. Não sei porque usei a chave (será que significa autonomia?). O sonho me deu potência. Apesar de sozinha, eu resolvia as questões que apareceram nele.”

Esta não é a revelação do “significado objetivo” do sonho. O processo de análise é o que é importante, pois a boa intervenção gera suas próprias verdades: os significados emergem como uma construção da análise das contingências do comportamento (Kohlenberg e Tsai, 2001). O sonho é um comportamento discriminativo de contingências vivenciadas pelo cliente e sua análise, uma técnica de intervenção com o propósito de fortalecer respostas discriminativas de autoconhecimento (Guillardi, 1995; Delitti, 2003). Repetindo o alerta de Vandenberghe (2004), o terapeuta comportamental “não deve se perder na mística dos sonhos confundindo o instrumento com com o seu propósito. Estamos sempre em busca de contingências e os sonhos são nada mais do que dicas que podem nos levar a elas” (p. 109). Assim, podemos aceitar que os sonhos certamente são *um* dos “caminhos até o inconsciente” somente no sentido em que as contingências (ou relações funcionais) ambientais (históricas e atuais) que determinam o comportamento são inconscientes.